política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa
edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Futuro da Previdência em perigo



JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO/JC

Em clima de despedida do Congresso Nacional, o senador Paulo Paim (PT, foto) usou a tribuna para fazer um alerta sobre o sistema de aposentadorias do País. Segundo o parlamentar, o atual modelo de financiamento da Previdência Social, baseado na folha de pagamento, está ameaçado pelo avanço da informalidade e da "pejotização". Para garantir a sustentabilidade do sistema, Paim defende uma mudança estrutural: deslocar a contribuição patronal para o faturamento das empresas, com uma alíquota estimada entre 1,5% e 2%. O petista, que encerra seu último mandato no início de 2027, prometeu que, mesmo quando aposentado, continuará lutando pela aprovação dessa proposta.

Música autoral valorizada

O deputado federal gaúcho Alexandre Lindenmeyer (PT) apresentou um projeto de lei para criar a Política Nacional de Valorização da Música Autoral. A proposta estabelece que feiras, festivais, mostras culturais e eventos públicos realizados ou apoiados com recursos da União deverão reservar, no mínimo, 25% de sua programação para artistas e bandas com trabalho próprio. Segundo o texto, os músicos também deverão ter espaço e condições técnicas equivalentes às demais atrações, além de apresentação em horários de maior visibilidade. O projeto prevê, ainda, pontuação diferenciada para repertórios autorais em editais financiados com recursos federais e exige transparência na divulgação das notas e na identificação dos avaliadores. O descumprimento da cota acarretaria desde advertência até a suspensão do apoio financeiro federal e o impedimento de participações em futuros chamamentos públicos.

ECA Digital e Ambiental

O deputado federal José Airton Félix Cirilo (PT-CE), com apoio de parlamentares como a gaúcha Maria do Rosário (PT) e Erika Kokay (PT-DF), apresentou requerimento para uma sessão solene na Câmara em novembro. O objetivo é celebrar a implementação de duas leis aprovadas recentemente: o ECA Digital e o ECA Ambiental, no contexto do aniversário de 37 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU. O ECA Digital, em vigor desde março, impôs regras inéditas às plataformas, como mecanismos de verificação de idade e proibição de ferramentas como as chamadas "caixas de recompensa" em jogos eletrônicos. Já o ECA Ambiental, sancionado em setembro, alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente para incluir o acesso à natureza e ambientes saudáveis entre os direitos prioritários, prevendo também proteção especial em emergências climáticas.

Síndrome de Down

O senador Romário (sem partido-RJ) apresentou requerimento para a realização de uma sessão especial em homenagem ao Dia Internacional e Nacional da Síndrome de Down, celebrado em 21 de março. O pedido também é assinado por outros parlamentares, incluindo o gaúcho Hamilton Mourão (Republicanos). Na justificativa, Romário destaca que a data - escolhida em referência à trissomia do cromossomo 21 - é fundamental para reforçar o compromisso com os direitos, a autonomia e a inclusão.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.
SKO OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética ▪ Dinamismo ▪ Confiabilidade
www.sko.com.br | 51 3342.9323

PF vai refazer relatórios sobre celular de Vorcaro

Documentos abordam as relações de ministros com o ex-banqueiro

/ POLÍCIA FEDERAL

A Polícia Federal (PF) vai refazer os relatórios que tratam das relações de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) com o ex-banqueiro Daniel Vorcaro, ligado ao Banco Master.

A previsão é que os novos documentos sejam encaminhados à corte até o fim deste mês.

A elaboração dos relatórios foi solicitada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Edson Fachin, em ofício enviado à corporação no começo de outubro.

Segundo a PF, eles estão sendo preparados conforme os termos acordados entre Fachin e representantes da instituição em reunião realizada em 13 de outubro.

Segundo informações levantadas pela Folha, integrantes da cúpula da PF - que tem Andrei Rodrigues como diretor-geral- pediram a reformulação dos documentos após avaliarem que os relatórios produzidos inicialmente continham análises e cruzamentos de informações que poderiam ser interpretados pelo Supremo como atos de investigação contra magistrados sem autorização judicial.

A nova orientação é que seja elaborado um documento individual para cada ministro citado, limitado à apresentação das informações reunidas, sem análises de conteúdo, cruzamento de dados ou emissão de juízos de valor.

Esse procedimento busca respeitar as regras previstas na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman) e no regimento interno do Supremo Tribunal Federal, que estabelecem procedimentos específicos para investigações que envolvam magistrados.

Segundo integrantes da cúpula da Polícia Federal, caberá exclusivamente ao Supremo avaliar as informações e decidir se existem elementos que justifiquem o aprofundamento das investigações.

A corporação só poderá realizar novas diligências envolvendo os ministros mediante determinação da corte.

A Polícia Federal decidiu afastar de funções de chefia dois delegados que atuavam na coordenação de investigações relacionadas ao Banco Master.

Os delegados são Daniel Mostardeiro Cola, coordenador-geral de Repressão à Corrupção, Crimes Financeiros e Lavagem de Dinheiro, e Wedson Cajé Lopes, que atuava como substituto eventual da coordenação.

As mudanças ocorrem em meio a um processo de reestruturação da área responsável por inquéritos que tramitam no Supremo Tribunal Federal, incluindo as investigações sobre suspeitas de irregularidades envolvendo o Banco Master.

ALEJANDRO ZAMBRANA/STF/JC



Presidente do STF, Fachin solicitou medida à cúpula da corporação

Ex-servidor do STJ é preso por vazar informações

/ JUSTIÇA

A Polícia Federal prendeu ontem o ex-secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Humberto Fontoura Pradera, suspeito de repassar indevidamente informações sigilosas de processos em tramitação na corte ao advogado Willer Tomaz, próximo ao senador Flávio Bolsonaro (PL).

A prisão ocorreu durante a segunda fase da Operação Linceu, que investiga o vazamento de informações processuais e possíveis crimes de violação de sigilo funcional, peculato eletrônico, corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro.

A investigação apura se o servidor que atuava no tribunal teria facilitado o acesso indevido de terceiros a informações processuais, em possível violação do sigilo funcional. A PF também apura a possível participação de outros envolvidos e não descarta a identificação de novos crimes no decorrer das investigações.

Em outubro, a Polícia Federal cumpriu um mandado de busca e apreensão contra o mesmo ex-servidor, que foi exonerado de um cargo comissionado no STF naquele mês.

As investigações apontam uma relação de proximidade entre Pradera e Tomaz. Em uma das ocasiões identificadas pela PF, o então servidor do STJ enviou ao advogado uma fotografia da tela de um computador que exibia um documento de 17 páginas, quatro dias antes de o material ser assinado e publicado oficialmente.

A investigação também aponta que Tomaz teria recebido informações sigilosas do Ministério Público Federal repassadas por intermédio de um subprocurador-geral da República aposentado.

O advogado Willer Tomaz, que também já foi alvo de investigações da Polícia Federal, é investigado por suspeita de envolvimento em um esquema de lavagem de dinheiro relacionado a fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).